

Responsabilidade Civil Extra contratual do Estado — 2009.
Gestão de Recursos Humanos (CIFAG) — 1982.
Análise de Projetos Industriais (CIFAG) — 1979;
Curso Integrado de Gestão do CIFAG — 1978.
Trabalhos Publicados:

Sumários desenvolvidos de Direito Económico (FDL) — 1976;
(em colaboração)
A natureza jurídica e o impacto económico das taxas cobradas pela JNPP — 1986;
Constitucionalidade das taxas cobradas pelo IROMA — 1994;

Experiência Profissional:

Desde junho de 2005:

Auditoria/Núcleo de Contencioso da Secretaria-Geral do ex-MADRP:

Técnico Superior com funções de:

Contencioso: Representação do MADRP junto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (AAE, AAC, PC, Intimações);

Apoio aos Gabinetes dos membros do Governo e aos serviços, através da elaboração de pareceres e informações.

De março de 2003 a junho de 2005 — Instituto da Vinha e do Vinho — Chefe da Divisão de Recursos Humanos.

De junho de 2001 a março de 2003 — Auditoria Jurídica — Consultor Jurídico:

Funções: Apoio aos Gabinetes através da elaboração de pareceres, informações, respostas a recursos, preparação de alegações.

De maio de 1997 a junho de 2001 — Instituto da Vinha e do Vinho — Chefe da Divisão de Recursos Humanos.

De junho de 2000 a junho de 2001 — Instituto de Reinserção Social — Consultor Jurídico.

De junho de 1991 a junho de 2000 — Instituto Regulador e Orientador de Mercados Agrícolas — Consultor Jurídico.

De fevereiro de 1990 a junho de 2001 — Secretaria Adjunta para a Saúde e Assuntos Sociais de Macau — Assessor da secretária Adjunta

De junho de 1987 a fevereiro de 1990 — Instituto de Ação Social de Macau.

Entre novembro de 1988 e fevereiro de 1990:

Adjunto do Chefe de Departamento de Estudos e Planeamento;
Assessoria jurídica à área de pessoal;
Chefe do Setor de Administração Imobiliária (equivalente a Chefe de Divisão).

Entre junho de 1987 e novembro de 1988 — Consultor Jurídico.

De junho de 1983 a junho de 1987 — Junta Nacional dos Produtos Pecuários — Consultor Jurídico.

De outubro de 1982 a junho de 1983 — Universidade Livre — Assistente de Gestão Financeira e Análise de Projetos.

De outubro de 1977 a 1983 — GEAL — Soc. Congelamento de Produtos Alimentares L.ª:

Funções — Gerente, com funções na área de pessoal e financeira e de grandes clientes.

De outubro de 1975 a 1977 — Faculdade de Direito da Un. de Lisboa:

Funções: Monitor de Direito Económico.

Entre 1967 e 1975 — Pathé Cinema, L.ª:

Funções: Escriturário e ajudante de guarda-livros.

Nota curricular de Nuno Miguel Fontinhas Tomé

Dados Pessoais:

Nome: Nuno Miguel Fontinhas Tomé.

Habilitações académicas e formação complementar:

Licenciatura em Economia — Universidade Lusíada de Lisboa;
Membro da Ordem dos Economistas;
Frequência de diversos cursos de formação profissional na área de contabilidade e gestão, nomeadamente:

POCP — Avançado;
Contabilidade Pública;
Gestão do Património;
Gestão por objetivos — Balanced Scorecard no Setor Público;

Gestão de Tesouraria e Fundo de Maneyo.

Experiência profissional:

Março de 2012 — Designado Chefe de Equipa Multidisciplinar na Secretaria-Geral do ex-Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

Novembro de 2006 — Responsável pela implementação na Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, do sistema informático de controlo financeiro e orçamental — BRIO;

Fevereiro de 2005 — Técnico Superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

Outubro de 2002 — Exerceu funções de Controlador Financeiro em lugar de quadro no Hospital de Santa Cruz.

206252977

Gabinete de Planeamento e Políticas

Aviso n.º 9859/2012

Consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi autorizada, ao abrigo do disposto no artigo n.º 64 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria, em lugar do mapa de pessoal do Gabinete de Planeamento e Políticas, do trabalhador Américo José Costa Pinto, com a categoria de assistente técnico, na posição 11.ª e nível remuneratório 16, com efeitos a 4 de julho de 2012.

13 de julho de 2012. — O Diretor de Serviços de Administração, Avaliação e Orçamento, *Oswaldo Manuel dos Santos Ferreira*.

206252774

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinetes dos Secretários de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ensino e da Administração Escolar.

Despacho n.º 9845/2012

A Câmara Municipal de Anadia, na qualidade de proprietária e gestora, pretende construir o Centro Escolar de Sangalhos, tendo solicitado para o efeito o abate de 25 sobreiros adultos e 88 jovens, em cerca de 0,59 ha de povoamento daquela espécie, situados no concelho de Anadia, freguesia de Sangalhos.

Considerando o relevante interesse público, económico e social do empreendimento, bem como a sua sustentabilidade, uma vez que se trata de um equipamento previsto na Carta Educativa do município, permitindo uma otimização funcional dos diversos equipamentos coletivos existentes;

Considerando a inexistência de alternativas válidas à localização do equipamento, sendo que a escolhida é a que apresenta melhores condições sob o ponto de vista técnico e económico, de acordo com as infraestruturas urbanísticas e acessibilidades existentes;

Considerando que a sua construção foi objeto de parecer favorável da Direção Regional de Educação do Centro, homologado ministerialmente em 7 de fevereiro de 2008;

Considerando que o empreendimento não está sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, AIA, nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com a alteração dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, e da Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 2 de janeiro;

Considerando que a Assembleia Municipal de Anadia, na sua sessão extraordinária de 22 de outubro de 2010, aprovou, por unanimidade, o reconhecimento do interesse público municipal do projeto de construção do Centro Escolar de Sangalhos;

Considerando, ainda, que a Câmara Municipal da Anadia apresentou proposta de medidas compensatórias, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, que contemplam a arborização com sobreiro em cerca de 0,8 ha, com condições edafoclimáticas adequadas, localizados no concelho de Anadia, freguesia de Tamengos, propriedade da Câmara Municipal;

Assim:

Face ao exposto, encontrando-se reunidas as condições estabelecidas no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, 25 de maio, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, declara-se a imprescindível utilidade pública deste empreendimento, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 2.º do diploma citado.

O arranque destes sobreiros fica ainda condicionado à aprovação e implementação do projeto de compensação e respetivo plano de gestão, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho.

11 de julho de 2012. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *José Daniel Rosas Campelo da Rocha*. — O Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Pedro Afonso de Paulo*. — O Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, *João Casanova de Almeida*.

206246723

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 9860/2012

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 6 de agosto de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 2 de julho de 2012, com o trabalhador Luís António Miguel, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES de Oeiras, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória, nível 2 da tabela única remuneratória, da carreira de Assistente Operacional, correspondente a 532.08€.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Ana Maria Oliveira Morais, Assessor Superior da carreira Técnico Superior de Saúde — ramo Laboratório do ACES-Oeiras;

Vogais efetivos: Antónia Rijo Milheiro Marques Aparício, Assistente Técnico do ACES-Oeiras, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Fernando José Pinho Fernandes Neves Sousa, Assistente Operacional do ACES/Oeiras.

Vogais suplentes: Mário Alcino Roque Fernandes, Assistente Técnico do ACES-Oeiras e Teresa Alexandra Nunes de Campos Pereira, Assistente Técnico do ACES-Oeiras.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

3 de julho de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

206252255

Aviso (extrato) n.º 9861/2012

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15675, de 06 de agosto de 2012, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 2 de julho de 2012, com o

trabalhador Rui Manuel Gomes Sabino, para exercício de funções correspondentes à categoria/carreira de Assistente Técnico, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 5 da tabela única remuneratória da carreira de Assistente Técnico, correspondente a 683,13€.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Marília Luisa Calado Alves, Diretora Executiva;

Vogais efetivos: Carla Alexandra Dias Charraz Godinho, Assistente Técnica que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Paula Cristina Vasques Costa, Vogal do Conselho Clínico;

Vogais suplentes: Maria de Lurdes Domingos Quintas, técnica superior e Isabel Maria Marques Pereira Marques, Assistente Técnica.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugado com o n.º 1, da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro e Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março.

6 de julho de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

206251697

Aviso (extrato) n.º 9862/2012

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15675, de 06 de agosto de 2012, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 2 de julho de 2012, com o trabalhador Ana Cristina dos Santos Munhoz, para exercício de funções correspondentes à categoria/carreira de Assistente Técnico, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 5 da tabela única remuneratória da carreira de Assistente Técnico, correspondente a 683,13€.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Manuel Nunes Marques, Assistente Clínica Geral;

Vogais efetivos: Cristina Lucinda Santos Tomás Inácio, Enfermeira que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Cláudia Catarina Lopes Félix Costeira, Assistente Técnica;

Vogais suplentes: Maria de Lurdes Domingos Quintas, técnica superior e Maria Luísa Rodrigues Amorim Santos, Assistente Técnica.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugado com o n.º 1, da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro e Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março.

6 de julho de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

206251689

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

Deliberação (extrato) n.º 1002/2012

Por deliberação de 29-06-2012 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa foi autorizada a passagem a licença sem remuneração superior a 1 ano, com efeitos a 13-07-2012, à técnica superior de Serviço Social, Carla Rute dos Santos Ruivo Oliveira do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de julho 2012. — O Presidente do Conselho de Administração, *Isabel Paixão*.

206252733